

**Ao MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – Gabinete da Procuradora
Sara Meinberg**

Processo nº .1.144.655 – Denúncia

GISELE MOREIRA DOS SANTOS, Pregoeira Municipal e KLEYTON CRISTIANO DA SILVA,, Secretário Municipal de Educação, vêm, respeitosamente, apresentar respostas à denúncia de Glória Maria Brum de Rezende, Processo nº .1.144.655 do MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, referente ao Processo Administrativo Licitatório – Pregão presencial nº 008/2023 Contratação de empresa especializada para oferta de plataforma de gestão educacional, com licença de uso de software com atualizações que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, incluindo serviços de implantação, treinamento, suporte e atendimento técnico de todos os módulos e assistência humana especializada para resolução de todos os temas tratados através da plataforma, para atender as necessidades de gestão da Rede Municipal de Educação de Caeté, nos moldes a seguir:

Da ausência de fundamentação dos aspectos discricionários atinentes à escolha pela locação de software

Em pesquisa feita no *google* por *software* de gestão educacional, com assistência técnica e capacitação de usuários não apresenta nenhum resultado de softwares desenvolvidos por órgão governamental, todos os resultados obtidos são de empresas privadas, ao se insistir na pesquisa com termos mais simples como “software de gestão educacional” software de gestão da educação” obtém-se como resultado menção a um programa denominado i-Educar dentre outros particulares, esse programa, por exemplo tem uso livre e on-line, mas não é desenvolvido por nenhum órgão governamental e não apresenta qualquer informação acerca de assistência técnica e ou treinamento de pessoal

No que tange aos termos do questionamento do Ministério Público de Contas de que a contratação de sistema de gestão pública deva ser tecnicamente justificável, principalmente sob os primas da “vantajosidade” e da “viabilidade”, cabe , primeiramente, aduzir , como antes já o fizemos, que a pesquisa por ítem do gênero no mercado já não traz como resposta resultados que se destaquem por serem mais ou menos vantajosos, note-se que quase a totalidade desses resultado não traz nos seus prospectos a assistência técnica e ou treinamento de usuários.

A contratação de softwares que não tem assistência técnica ou capacitação de usuários, via de regra, resulta no abandono do sistema porque nem sempre todos os usuários têm conhecimento operacional pleno, os bancos de dados não são corretamente alimentados, o “sistema trava” constantemente, etc, Dessas experiências o município é bem conhecedor.



Porque a contratação de software por assinatura e não a aquisição de titularidade do mesmo: O município de caeté pretende a utilização de software de gestão escolar que permita atualizações e atendimento técnico pessoal, treinamento de usuários. Geralmente as empresas que produzem programas eletrônicos estabelecem que determinado produto tenha atualização por certo período até que sobrevenha nova versão, essas novas versões implicam em aquisição de novas licenças, a locação ou assinatura de software dá a entender que eventuais atualizações vão estar prontamente disponíveis.

Ademais, o município de Caeté não conta com pessoal técnico em T.I. suficiente para o ministério de curso de utilização de programa eletrônico de gestão, em todas as unidades escolares,

O Município deixa claro no edital do procedimento licitatório que pretende a contratação de empresa especializada em gestão educacional, INCLUINDO SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE E ATENDIMENTO TÉCNICO, e isso é ressaltado pela Procuradora do Ministério Público de Contas, que da mesma forma, reproduz as justificativas de necessidade da contratação trazidas ao processo licitatório em questão.

A existência de software desenvolvido por órgão governamental não significa que as necessidades do município serão atendidas, principalmente no que diz respeito ao treinamento e suporte aos usuários, ressaltando que o quadro de profissionais de T.I. do município é bastante reduzido, três servidores para atender a demanda de mais de 20 escolas e outros tantos postos de saúde municipais, além das secretarias municipais. Mesmo assim estes profissionais atendem às demandas de instalação de equipamentos, configuração de rede de internet, cabeamento, etc., a utilização de software de gestão e ministério de cursos de capacitação extrapolam suas competências e disponibilidade.

Não se pode dizer que a Administração Pública não apresentou estudo técnico para justificar a necessidade de contratação de sistema sendo que existem “módulos funcionais, gratuitos e livremente disponíveis para download”. Justamente pela limitação de ordem técnica, o município deixa claro no edital que pretende a contratação de programa de gestão que traga consigo assistência técnica e treinamento de usuários, simples *download* de programas existentes não atende às necessidades do município.

Quanto ao estudo técnico a em si ressaltamos a necessidade de programa de gestão educacional, assistência técnica e treinamento de pessoa, pois o corpo técnico do município é insuficiente para este mister, a dificuldade premente está em encontrar tal programa, o município não tem como esmiuçar, por exemplo, a capacidade de alocação de dados, a disponibilidade de caixas de diálogos, número de linhas, gerenciador de senhas, ou qualquer outra condicionante técnica, restando clara a descrição do objeto no edital, ou seja, o município quer um instrumento de gestão educacional.

Da pesquisa de preços de mercado



O Ministério Público de Contas informa que há jurisprudência no sentido de que a pesquisa deve ser mais ampla para os casos de contratação de serviços, aí nos deparamos com a dificuldade de se encontrar esse tipo de serviço, software com assistência técnica e capacitação de usuários., softwares de gestão para downloads existem em ampla gama nos sítios de pesquisa, mas que ofereçam treinamento específico são poucos.

Entendemos que, neste caso, por mais que a jurisprudência elasteça os requisitos mínimos previstos em lei, dada a especificidade do objeto do certame, não é cabível a exigência de apresentação de mais de três orçamentos prévios, tal exigência é ,neste caso específico, por demais onerosa, é um rigorismo desnecessário, ainda mais que o licitante atende aos requisitos legais com o levantamento de preços praticados no mercado.

Exigência de Certidão negativa de falência e de Recuperação judicial.

O município quando trouxe à baila tal exigência no edital primou pela segurança no cumprimento do contrato, neste ponto, não pode dizer que pretendeu limitar a participação de eventuais concorrentes ao certame.

A forma que se previu resguardar essa segurança no edital é passível de correção, com a nova publicação de retificação pertinente, adaptando a questão ao entendimento do TCU de que o licitante, em recuperação judicial deva apresentar seu plano de recuperação devidamente homologado, justamente como medida garantista da execução do contrato, contudo , entendemos que não se deve cancelar todo o procedimento licitatório em virtude desta incorreção.

Conclusão

Assim, diante do exposto, entendendo que o procedimento licitatório está em conformidade com a Lei nº 8.666/93, requerem a Pregoeira e o sr. Secretário de Educação seja a presente denúncia julgada improcedente e consequentemente arquivada para os devidos fins de direito.

Caeté, 20 de fevereiro de 2024.

Gisele Moreira dos Santos
Pregoeira Municipal

Kleyton Cristiano da Silva
Secretário Municipal de Educação

